#### ACÓRDÃO N.º 61.489

(Processo n.º 2016/50078-9)

Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, registrar o ato de aposentadoria consubstanciado na PORTARIA AP n° 1629, de 13/04/2012, em favor de MARINEIDE AMARAL DA SILVA, no cargo de Investigador de Polícia, Classe "D", lotada na Polícia Civil do Estado do Pará.

### ACÓRDÃO N.º 61.490

(Processo n.º 50384-9/2020)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL Requerente: FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Relator Vencido: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR Formalizador da Decisão: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (Art. 191,

§ 2º, do RITCE-PA)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, vencido o voto do Relator, e nos termos do voto do Conselheiro Luís da Cunha Teixeira, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir, em caráter excepcional, o registro do ato de admissão de servidores temporários firmado entre a FUNDAÇÃO CARLOS GOMES - ALINE DA SILVA PEDROSA, PYTER BOULHOSA CUNHA e ARTHUR DE SÁ BITTENCOURT MOREIRA.

### **ACÓRDÃO N.º 61.491**

## (Processo nº 51005-0/2020)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL

Requerente: FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012: 1- deferir, em caráter excepcional, o registro dos atos de admissão de servidores temporários firmados entre a FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - BERNADETE MENDES CAVALEIRO DE MACÊDO NETA ATAIDE DA SILVA, PALOMA DIAS GRANA, SILVIA LETICIA SILVA MAUÉS, CAROLINE CHIMOKA GARCIA, BRENDA ACATAUASSU FER-RI, ELZA JOSELI TRAVASSOS MIRANDA, BRUNA VENTURIERI, LIAMAR DA SILVA COUTO, RAIANNA FALCÃO TAVERNARD SALGADO e EDILSA PORTAL SACRAMENTO; 2- Recomendar à Fundação Santa Casa de Misericórdia a realização de concurso público para provimento de vagas em número necessário à substituição de todos os servidores ora analisados.

### ACÓRDÃO N.º 61.492

# (Processos n.ºs 52048-7/2019 e 52344-1/2019)

Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução n.º 18.990, de 3 de abril de 2018, art. 290 do RITCE/ PA e art. 485, IV, do Código de Processo Civil, extinguir, sem resolução do mérito, com o sequente arquivamento dos autos, que tratam dos atos de Aposentadoria relativos aos processos abaixo relacionados, em face do falecimento dos beneficiários:

Processo n.º 52048-7/2019: Aposentadoria consubstanciado na PORTARIA nº 34.836 de 27/05/2019, em favor de IRACY ROSAS BARBOSA, Agente Auxiliar de Serviços Administrativos, TCE-CO-303, Classe D, Nível 04, desta Corte de Contas; Processo nº. 52344-1/2019: Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA nº 34.938 de 17/06/2019, em favor de JOSÉ MARIA MARINHO DA MOTA, Auxiliar Técnico de Controle Externo - Administrativo, TCE-CA-303, Classe D, Nível 04, desta Corte de Contas

ACÓRDÃO Nº. 61.493

(Processo nº. 2019/50520-2) Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará. unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciado na PORTARIA nº. 1081, de 21/02/2019, em favor de LUZIA DO SOCORRO SILVA DOS SANTOS, no cargo de Juíza de 3ª Entrância, Classe/Padrão MAGMAGJU3EN, lotada na Comarca da Capital.

# ACÓRDÃO Nº. 61.494

### (Processo no. 2012/51836-3)

Assunto: REFORMA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do Ato de Reforma, consubstanciado na PORTARIA nº 2146, de 31.8.2010, em favor do Cabo PM ERIVALDO DE MATOS CAMPOS, pertencente ao efetivo do 8º CIPM (São Felix do Xingu).

#### **ACÓRDÃO N.º 61.495**

#### (Processo no. 50436-1/2018)

Assunto: Prestação de Contas do Convênio SEDOP nº 068/2016 e Termo Aditivo Interessado/Responsável: ELIEUDO DOS SANTOS PINHEIRO, ODIMAR WANDERLEY SALOMÃO e PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos artigos 56, inciso I, e 60 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade dos Srs. ELIEUDO DOS SANTOS PINHEIRO e ODIMAR WANDERLEY SALOMÃO, Ex-Prefeitos do Município de Afuá, no valor de R\$440.018,00 (quatrocentos e quarenta mil e dezoito reis), e dar-lhe plena quitação.

### **ACÓRDÃO N.º 61.496**

## (Processo n.º 53207-8/2019)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, una-

nimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do Ato de Admissão de Pessoal em favor de LUCAS FIGUEIREDO LIMA, FLAVIA VITORIA DIAS CASTRO, BRUNA ALI-NE BENTES DA COSTA, LORENA ALICE CEZAR DA CRUZ OLIVEIRA, LUISA PORTO DA SILVA, SANDRO CAREPA DIAS, SYLLAS AZEVEDO MONTEIRO, KATIA SILVA VILELA, RIGOBERTO MESQUITA DE MELO e VINICIUS MUNIZ VASCO, aprovados no concurso público C-184/2018, realizado pelo INSTI-TUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

### ACÓRDÃO N.º 61.497

53073-1/2019, 53076-4/2019, 50653-0/2020, (Processos n.º 50657-4/2020)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL

Requerente: SECRETARIA DE EȘTADO DE EDUCAÇÃO

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012 deferir o registro dos atos de admissão de pessoal em favor de ANTONIA NAIANE RIBEIRO DA SILVA, MARCIA SAVICZKI PINHO, ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA, DENIS REIS DE SOUSA, MARCOS ALAN FERREIRA FARIAS, KARI-LENA ANDRADE ALMEIDA, JONAIA MENDES GOMES, RAIMUNDO SILVÁ NETO, EBENEZAIDE MEDEIROS PANTOJA, DANIELLE LOPES MARTINS, LAYARA CAR-RETEIRO PANTOJA DE ARRUDA, NEIVA PAULA SILVA DE CARVALHO BASTOS, ELISANGELA DE ARAUJO BRAGA, LEYDIANE SOUSA LIMA, JULIANA QUEIROZ DA SILVA, ANDREA CARLA LEAL DA COSTA, ANDRELE SILVA MACHADO DA ROCHA, VALDEIZA LEAL SILVA, MARIA SHEYLA GAMA SOUSA, ELY MARLEN DOS SANTOS MARQUES, GESIEL DOS SANTOS MELO, ANA CLAUDIA GARCIA DA SIL-VA, DARIELSON NASCIMENTO DA SILVA, KELSO PALHETA MONTEIRO, CLEIDE MARIA BELMIRO ATAIDE, DAVI ARAUJO AMORIM, LUIZ VIANA DA SILVA JU-NIOR, LEONARDO MORAES LIMA, THAIS FERREIRA DE SALES, LUCKACKS DA SILVA RAFALSKI, TIAGO PEREIRA GOULART, MARIA DE NAZARE LIMA SILVA, ARIANNE ROBERTA PIMENTEL GONÇALVES, PAULO RICARDO DOS SANTOS MARINHO, ELIZIA GOMES CARVALLO, CURIOSTE CANTOS DE CONTROLOS DE CONTROLO MARINHO, ELIZIA GOMES CARVALHO, CHRISSIE SANTOS DE LIMA, CARLOS EDUARDO MOREIRA VERA CRUZ, EDSON RICARDO DOS SANTOS DA SILVA, LEYLLA RAISSA SAMPAIO MELO e ADRIANO OLIVEIRA PAIVA, aprovados no conçurso público C-173 realizado pela Secretaria de Estado de Educação.

# ACÓRDÃO Nº. 61.498 (Processo nº. 2016/51441-1)

Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 34 inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar nº 81 de 26 de abril de 2012, registrar o ato de aposentadoria consubstanciado na PORTARIA AP nº. 0678 de 11.02.2014; retificada pela PORTARIA RET AP nº. 0415, de 10.03.2016 e retificada pela PORTARIA RET AP nº. 0746, de 17.06.2016, em favor de HERON DAVID GUERRA SOARES, no cargo de Investigador de Polícia, Classe "D", lotado na Polícia Civil do Estado do Pará.

# ACÓRDÃO N.º 61.499 (Processo n.º 2009/52335-4)

Assunto: PENSÃO CIVIL

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do Ato de Pensão, consubstanciado na PORTARIA n.º 0432, de 16.5.2001, em favor de Marisete Santos da Silva, Misael Santos da Silva e Jonatas Marcos Santos da Silva, dependentes do ex-segurado Josafat Mastins da Silva.

# ACÓRDÃO N.º 61.500

# (Processo n.º 505761/2018)

Assunto: Representação formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE CON-TAS DO ESTADO DO PARÁ em face de indícios de irregularidades no pagamento de benefícios previdenciários pelo INSTITUTO DE GESTÃO PREVI-DENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (Art. 191, § 3°, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator, com fundamento